

Introdução: a intervenção local em questão

Christophe Albaladejo*, Iran Veiga**

* UFPA/CAP/NEAF e INRA-SAD BP 27 – 31326 Castanet Tolosan cedex, França

** UFPA/CAP/NEAF e LASAT Cx. P. 222 68.501-970 Marabá – PA

Os problemas ambientais e sócio-econômicos da Amazônia são muitas vezes descritos e analisados em nível de vastos territórios e grupos sociais, quer seja a Bacia Amazônica na sua totalidade, os estados que a compõem ou extensas regiões. Estas escalas são pertinentes para se entender processos englobantes e dinâmicas que influem na evolução da ocupação do território, assim como as intervenções de atores como o Poder Público. Mesmo se eles parecem ter pouca mobilidade, ao menos no cotidiano, os agricultores familiares desenvolvem suas representações da fronteira agrária a escalas por vezes bastante amplas, entre outras maneiras por meio de suas redes de parentesco, as quais podem estender-se sobre grandes distâncias no território amazônico e nacional, de modo a orientar suas práticas e estratégias migratórias.

Entretanto, consideramos que, ao menos no que diz respeito à agricultura familiar, as possibilidades de inflexão destas evoluções da fronteira agrária acontecem também em grande parte nos espaços sociais e territoriais das interações quotidianas entre os atores da fronteira. É a este nível que se dão os processos sociais de reprodução das relações e das representações que sustentam as grandes dinâmicas de utilização do

meio e das migrações. É também a este nível que se concretizam os “projetos de desenvolvimento”, ou mais geralmente os contatos entre as instituições, oficiais ou não, interessadas na atividade agropecuária e os atores de base da fronteira: as famílias de agricultores. Muitas denominações existem para designar objetos sociais e/ou territoriais a nível local: “comunidade”, “localidade”, “coletividade local” etc., sem que nenhuma destas denominações tenha definições precisas ou amplamente aceitas. Tanto agricultores familiares como pesquisadores ou técnicos falam do “local” sob várias denominações, argumentando o caráter concreto e cotidiano desta noção sem, no entanto, poder definir do que se trata exatamente.

Nesta série de três números especiais da Revista *Agricultura Familiar*, apresentaremos trabalhos em torno de “localidade”, considerada como o conjunto articulado de espaços sociais e geográficos onde se concretiza a “interface”¹ entre os estabelecimentos agropecuários

1 Interface social no sentido de Norman Long (1989): “a critical point of intersection or linkage between different social systems, fields or levels of social order where structural discontinuities, based upon differences of normative value and social interest, are most likely to be found.”

familiares e as organizações, empresas e indivíduos que intervêm na sua atividade técnica e econômica. Mais precisamente, vamos concentrar as análises sobre o que poderíamos chamar de “intervenção de desenvolvimento” a qual, no entanto, nem sempre pode ser considerada separadamente das outras relações econômicas e sociais mantidas entre as famílias de agricultores e os demais constituintes da sociedade brasileira.

Assim definida, a “localidade” torna-se um objeto situado à interface de domínios cujo contato é tão difícil quanto promissor:

- à interface entre as ações dos atores sociais de base e as intervenções das organizações de desenvolvimento: é onde se entrecruzam e articulam-se comportamentos e estratégias “locais” no cotidiano das pessoas e em continuidade com suas histórias como indivíduos, e estratégias de organizações (camponesas ou de desenvolvimento etc.) ou lógicas mais globais, como o famoso “mercado” (parte 2);

- à interface entre os conhecimentos locais e os conhecimentos formalizados sobre a gestão dos recursos naturais, o que implica também uma interface entre disciplinas científicas, principalmente entre as ciências humanas e as ciências biotécnicas. Com efeito, é no “local” que podemos estudar as condições contingentes de realização das práticas agrícolas e também onde elas podem ser colocadas em discussão entre os agricultores e os técnicos, assim como

onde se pode estudar as condições sócio-econômicas de realização da atividade agropecuária e de reprodução das relações que permitem sua realização contingente e cotidiana (parte 3).

Retomando uma distinção estabelecida por Thiollent (1996), a localidade nos fornece um quadro de pensamento e de ação para estudar as relações entre conhecimento e ação nos campos do “agir” (ação social, política etc. que será abordada sobretudo na parte 2) e do “fazer” (ação técnica que será abordada na parte 3), mesmo que os dois tipos de ação não possam ser separados completamente. A “localidade” representa então uma noção que nos possibilita compreender melhor a lógica e os efeitos das intervenções de desenvolvimento, assim como gerar indicadores para a concepção das mesmas.

Neste primeiro número temático (parte 1) da revista do NEAF propomos discutir a “localidade” como lugar destes encontros de disciplinas e de atores, tentando construir e discutir os objetos sociais e territoriais formados pelas tendências de avanço da fronteira agrária (Gama *et al*), assim como pela prática da própria intervenção (Castallanet *et al*; Salgado & Castallanet; D’Incao).

Os artigos de Gama *et al* e de Granchamp permitem articular os processos e as ações que têm lugar a nível local com outros níveis de organização territorial e sócio-econômica mais abrangentes,

sobretudo com a região. O “local” não pode ser concebido como um espaço social e geográfico delimitado precisamente, contínuo e estável: ele é fragmentado, impreciso e evolutivo. O trabalho de Granchamp nos mostra que temos que considerar a localidade como tendo uma parte de cidade, se pretendemos entender as práticas quotidianas das famílias de agricultores e seus universos de referência.

As intervenções de desenvolvimento cuja tendência, ao menos para as que têm uma ótica de desenvolvimento sustentável, é de intervir a nível dos atores de base, têm como efeito criar a localidade como concretização, na ação, de suas representações (Wright, 1990). Os artigos de Castellanet *et al* e Salgado & Castellanet mostram que, ainda assim, existe uma série de níveis nos quais se concretizam e podem ser entendidas estas intervenções.

A “localidade” pode ser vista como o conjunto de espaços sociais e territoriais nos diferentes níveis onde se concretiza o “projeto” de desenvolvimento associando populações locais e organismos externos (Kayser *et al*, 1994). A intervenção não existe em si, ela sempre é, desde o seu início, uma articulação íntima entre as dinâmicas e as práticas da sociedade civil onde se realiza. O artigo de D’Incao mostra que a intervenção dificilmente escapa das práticas clientelistas e paternalistas das sociedades rurais da Amazônia, práticas estas que permeiam integralmente o funcionamento das próprias organizações camponesas.

Este artigo introduz a idéia da localidade como uma articulação, necessariamente efêmera e frágil, entre práticas de intervenção e dinâmicas próprias do meio rural que serão analisadas na parte 2 desta série- “A Construção Local dos Territórios da Agricultura Familiar”.

Referências bibliográficas

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*, São Paulo, Cortez Editora, 1996, 108 p.

LONG, N. Encounters at the interface. A perspective on social discontinuities in rural development. *Wageningen Studies in Sociology*, 1989, p.271-276.

KAYSER, B., BRUN, A. & CAVAILHÉS, J. *Pour une ruralité choisie*, La Tour-d’Aigues, DATAR - Editions de l’Aube, 1994.

WRIGHT, S. Development theory and community development practice. In: Buller, H. & Wright, S. (eds.), *Rural development: Problems and practices*. Avebury, Aldershot, Brookfield, 1990, p. 41-63.